

**A. I. N °** - 279266.1201/15-2  
**AUTUADO** - AIR PRODUCTS BRASIL LTDA  
**AUTUANTE** - WALMIR SALDANHA FEIJÓ  
**ORIGEM** - IFEP SERVIÇOS  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 19.09.2017

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF Nº 0166-04/17**

**EMENTA: ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS AO CONSUMO DO ESTABELECIMENTO.** Comprovado pelo autuante que o contribuinte lançou a débito na sua conta corrente fiscal parte do valor exigido e o saldo devedor apurado foi recolhido tempestivamente. **Infração procedente em parte. 2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL.** Comprovado recolhimento do imposto exigido antes do início da ação fiscal. **Infração insubsistente. 3. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE ENTRADAS. MULTA. MERCADORIAS NÃO SUJEITAS À TRIBUTAÇÃO.** Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 1% sobre o valor comercial das mercadorias não escrituradas. Parcela do débito foi reconhecida pelo sujeito passivo. Quanto a nota fiscal remanescente ficou comprovado que no Portal da Nota Fiscal eletrônica a mesma encontra-se na situação de “cancelada”. **Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE** Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em epígrafe foi lavrado em 30/12/2015, e refere-se à cobrança de ICMS no valor de R\$64.816,55, pela constatação das seguintes infrações:

**Infração 01 – 06.02.01 - Deixou de recolher ICMS , no valor de R\$11.614,70, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da federação e destinada a consumo do estabelecimento, acrescido da multa de 60%, nos meses de janeiro, março, abril, maio julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2013, conforme discriminativo por nota fiscal no anexo 1.**

**Infração 02 - 01.02.40 - Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado no documento fiscal, nos meses de abril e maio de 2013, totalizando o montante de R\$52.177,14, acrescido da multa de 60%, conforme discriminado no Anexo 2.**

**Infração 03 - 16.01.02 - Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal sendo imposta multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$1.024,71, correspondente a 1% do valor das mercadorias;**

Ao receber a Intimação para conhecimento do Auto de Infração em epígrafe, às fl.16, a Autuada através da sua representante, enviou documento através de e-mail, esclarecendo que ao analisar o Auto de Infração, constatou que já houvera recolhido os tributos exigidos e solicita o

encaminhamento de guia de pagamento dos valores que entende como devido referente ao item 1 e 3, cujo valor apontou.

Posteriormente, o autuado ingressa com defesa, fls. 24 a 31, e após transcrever o teor das infrações diz que na infração 01, referente a cobrança da diferença de alíquota, não deve ser mantida em consequência do tributo ter sido recolhido e declarado na DMA.

Informa que está anexando os documentos que comprovam a inexistência do crédito tributário para os meses de janeiro, março, abril, maio, julho, agosto (parcialmente), setembro e dezembro/2013, sendo estes: Comprovante de Entrega da DMA, Comprovante de Entrega e Apuração do Registro de ICMS informados no SPED Fiscal, Lista dos documentos fiscais que compõem o valor do diferencial de alíquotas recolhido e Guia de Recolhimento do ICMS.

Apresenta Relação dos Anexos que comprovam o recolhimento do diferencial de alíquotas.

Mês	Anexo	Diferencial de Alíquotas Declarado	Diferencial de Alíquotas Devido	Valor ICMS a Recolher DMA (R\$)	Valor ICMS a Recolher SPED-Fiscal	Guia de Recolhimento de ICMS
Janeiro	Anexo V	607,22	-	846.842,28	846.842,28	846.842,28
Março	Anexo VI	931,44	-	979.860,68	979.860,68	1.011.019,32
Abril	Anexo VII	3.424,34	-	634.021,73	606.205,73*	606.205,73 30.128,98
Maio	Anexo VIII	2.126,28	-	127.863,33	103.501,92*	103.501,92 25.382,15
Julho	Anexo IX	949,35	-	562.271,24	562.271,24	562.271,24
Agosto	Anexo X	1.857,94	101,85	240.491,47	373.609,82*	240.491,47
Setembro	Anexo XI	3.069,93	-	510.724,55	510.724,55	510.724,55
Novembro	Anexo XII	86,11	252,07	618.542,58	618.542,58	618.542,58
Dezembro	Anexo XIII	312,54	-	Credor	Credor	-

Explica que os valores destacados com “\*” na coluna SPED fiscal por equívoco da Impugnante não foram retificados quando da observação da diferença a recolher, porém como pode ser observado o valor declarado na DMA foi corretamente recolhido, mesmo que em duas guias para o mesmo período de apuração, trata-se de um erro formal de preenchimento de obrigação acessória.

Com objetivo de demonstrar detalhadamente a inexistência do crédito tributário apresenta demonstrativo indicando, a título de exemplo, a suposta cobrança de Diferencial de Alíquotas referente ao mês de Janeiro/2013, informados no Anexo I do Auto de Infração.

ICMS devido por complementação de alíquota em aquisições de bens de uso e consumo - Exercício de 2013								
Data	NF no.	UF	CNPJ do Emitente	Item Descrição do Item	Valor do Item(R\$)	Base de cálculo do ICMS(R\$)	Alíquota da NF(%)	Alíquota Interna(%)
05/jan	61973	PB	92.660.406/0009-76	1 MATERIAIS DIVERSOS	2.499,82	2.499,82	12	17
08/jan	18402	SP	61.507.844/0001-18	1 ~VALVE RELIEF	1.097,52	1.097,52	7	17
09/jan	69567	SP	61.128.500/0001-06	1 MATERIAIS DIVERSOS	1.251,30	1.251,30	7	17
09/jan	69567	SP	61.128.500/0001-06	2 MATERIAIS DIVERSOS	1.649,00	1.649,00	7	17
09/jan	69567	SP	61.128.500/0001-06	3 MATERIAIS DIVERSOS	824,5	824,5	7	17
TOTAL								
								607,22

Diz que o valor mencionado pela Autoridade Fiscal referente ao mês de Janeiro/2013 foi informado no campo Diferencial de Alíquota da DMA do mesmo período, sendo que o mesmo ocorreu na declaração do SPED, pois o valor do diferencial de alíquotas foi lançado como ajuste a débito na apuração de ICMS do referido período, sendo este, parte da composição do valor a recolher referente a mês de janeiro/2013.

Informa ainda que o tributo foi recolhido conforme valor declarado na DMA e SPED-Fiscal do período mencionado, respeitando a data de vencimento estabelecida, conforme comprovantes cujas cópias reproduziu.

Destaca que houve equívoco no cálculo do diferencial de alíquotas por parte da Autoridade Fiscal, deixando de ser considerado o IPI na base de cálculo do ICMS, e em alguns casos deixando de observar a alíquota de ICMS destacada no documento fiscal.

Acrescenta que nos meses de ago/13 e nov/13, no que se refere às notas fiscais 2551 e 194526 respectivamente, o tributo é devido e por esta razão apresenta cópia do recolhimento destes valores conforme Anexo XIV.

No que diz respeito à infração 02, utilização de crédito de ICMS superior ao destacado na nota fiscal, esclarece que erroneamente havia considerado o crédito do tributo maior do que o destacado, porém, ao observar o equívoco, retificou a DMA referente a Abril/2013 em 05/07/2013, bem como recolheu nesta mesma data o tributo devido no valor de R\$27.816,00, acrescido das devidas correções, perfazendo o total de R\$30.128,98, conforme pode ser observado no Anexo VII. Diz que o mesmo procedimento foi aplicado para a referência de Maio/2013, cuja retificação de DMA e recolhimento do tributo devido no valor de R\$24.361,41 ocorreram em 05/07/2013, sendo este último recolhido com acréscimos, perfazendo o total de R\$25.382,15, conforme Anexo VIII. Assim, entende que a cobrança não é devida pois o tributo já foi recolhido, razão pela qual este item deve ser extinto.

Em se tratando da Infração 03, ausência de escrituração de documentos fiscais, entende que o tributo é devido exceto a nota fiscal nº 3892, arguindo que houve cancelamento, e homologação pela SEFAZ em 23/01/2013, e que os demais tributos devidos, fôra recolhido conforme comprova nos documentos que anexa ao PAF.

Apresenta todos os demonstrativos e comprovantes através dos ANEXOS III a XV, às fl.45 a 134 do PAF.

O fiscal autuante ao prestar a Informação Fiscal, fl.136, em relação à infração 01, diz que após análise das argumentações e documentos trazidos ao PAF, o autuado reconheceu e já recolheu os valores autuados referentes as NFs nºs 2.551, de agosto de 2013, e 194.526, de novembro de 2013.

Afirma ainda que Autuada "comprovou com documentos anexados a este PAF nos Anexos V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII, das folhas 59 a 122 do PAF, o recolhimento dos diferenciais de alíquotas autuados, devendo, portanto, serem excluídas as demais Notas Fiscais autuadas nesta infração."

Prossegue, asseverando que na infração 02 restou comprovado o pagamento, por reconhecimento espontâneo do débito em 05/07/2013, conforme comprovantes às folhas 78, 79, 88 e 89 do PAF, dos valores referentes às notas fiscais autuadas nesta infração, logo, a mesma não mais subsiste.

No que diz respeito à Infração 03, informa que a autuada reconheceu e já recolheu, conforme Anexo XIV, à folha 123 deste PAF os valores autuados referentes às Notas Fiscais discriminadas nesta infração, à exceção da NF 3892, de 23/01/2013, no valor de R\$1.491,00, para a qual apresenta comprovação de seu cancelamento no Anexo XV, à folha 130. Assim sendo tal Nota Fiscal, deve ser retirada da infração.

Conclui que diante de todo o exposto, o Auto de Infração deve ser revisto, conforme demonstrativo de débito às fl. 137.

A autuada foi cientificada da Informação Fiscal, porém, não se manifestou.

## **VOTO**

A infração 01 diz respeito a falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias destinadas a consumo do estabelecimento.

Na fase de defesa o autuado afirma ser improcedente a acusação fiscal, exceto os valores relativos às notas fiscais 2551 e 194526. Como comprovação de sua assertiva apresenta comprovante de Entrega da DMA, Comprovante de Entrega e Apuração do Registro de ICMS informados no SPED Fiscal, Lista dos documentos fiscais que compõem o valor do diferencial de alíquotas recolhido e Guia de Recolhimento do ICMS.

Explica que os valores devidos a título de diferença de alíquota foram informados nas DMAs como ajuste a débito na apuração de ICMS e compõe os valores dos impostos a recolher, mensalmente informados nas mencionadas declarações, e tempestivamente recolhidos.

Esclarece que o mesmo ocorreu na declaração do SPED onde os valores do diferencial de alíquotas foram informados como ajuste a débito na apuração do ICMS.

Apresenta quadro demonstrativo, indicando mensalmente os seguintes valores: "Diferencial de alíquotas declarado", "Diferencial de alíquotas devido", Valores ICMS a recolher -DMA" Valor ICMS a recolher SPED- Fiscal" "Guia de Recolhimento do ICMS".

No que diz respeito aos valores relativos às notas fiscais 2551 e 194526 reconhece como devido e apresenta cópia do comprovante do recolhimento.

O autuante ao prestar a Informação Fiscal diz que após verificar os documentos trazidos na defesa concorda com os seus argumentos e mantém apenas os valores do diferencial de alíquotas reconhecidos como devido pelo contribuinte.

Da análise dos documentos que serviram de sustentação para a exigência da infração constato que o sujeito passivo comprovou que os valores apurados pelo autuante e demonstrados na planilha de fls. 7 e 8 foram lançados a débito na conta corrente fiscal do contribuinte e os saldos devedores apurados foram recolhidos, conforme Documentos de Arrecadação Estadual - DAE, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamentos emitidos por instituições bancárias.

Ressalto que nos meses de abril e maio foram recolhidos, no vencimento, valores inferiores ao apurado e declarado nas DMAs, contudo, as diferenças remanescentes foram quitadas antes do início da ação fiscal conforme documentos de fls. 76 a 80 e 86 a 89.

Diante do exposto acato as conclusões do autuante que ao prestar a Informação Fiscal concorda integralmente com os argumentos defensivos e informa que remanescem apenas os valores relativos aos meses de agosto e novembro no total de R\$353,92, conforme demonstrativo à fl. 24.

Portanto, a infração é procedente parcialmente no valor R\$353,92.

No que diz respeito à infração 02 que trata da utilização de crédito fiscal superior ao destacado no documento fiscal o sujeito passivo esclarece que considerou erroneamente crédito o apontado pela fiscalização, referentes aos meses de abril e maio, porém, efetuou a retificação das DMAs em 05/07/2013 e recolheu os tributos devidos acrescido das cominações legais, totalizando R\$30.128,98 e R\$25.382,15, respectivamente.

O autuante se pronunciou afirmando que em 05/07/2013 a empresa recolheu os valores exigidos nesta infração, inexistindo débito a ser exigido.

Da análise dos documentos trazidos na defesa, Documentos de Arrecadação Estadual –DAES acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamentos emitidos por instituições financeiras, cópias às fls. 78/79 e 88/89, verifico que de fato os valores exigidos foram recolhidos espontaneamente, com os devidos acréscimos em 05/07/2013, data anterior ao início da ação fiscal ocorrida em 09/10/2015, de acordo com cópia da Intimação para apresentação de livros e documentos, fl. 10.

Assim, acato as conclusões do autuante que ao prestar a Informação Fiscal, concorda integralmente com os argumentos defensivos e informa inexistir débito a ser imputado ao contribuinte e consequentemente julgo a infração 02 Improcedente.

A infração 03 trata da falta de registro de entradas na escrita fiscal de mercadorias tributáveis, sendo exigida a multa de 1% sobre o valor das mercadorias.

Por ocasião da defesa, o sujeito passivo reconhece o cometimento da infração no valor de R\$1.009,80, conforme demonstrativo de fl.127, apresentando cópia de DAE, acompanhada de comprovante de pagamento emitido por instituição financeira, fls. 124/125.

Em face do reconhecimento do contribuinte e pagamento do valor correspondente, fica extinto o crédito tributário em relação a estas operações.

Quanto a nota fiscal remanescente de nº 3892 a empresa trouxe aos autos cópia de consulta no Portal da Nota Fiscal eletrônica, fl. 130, onde se verifica que a situação atual da mesma é de CANCELADA, fato comprovado pelo autuante que opinou pela exclusão da mesma.

Diante destes fatos, julgo parcialmente procedente o a infração 03 no valor de R\$1.009,80.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$1.363,72, devendo ser homologados os valores recolhidos.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **279266.1201/15-2**, lavrado contra **AIR PRODUCTS BRASIL LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$353,92**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de **R\$1.009,80**, prevista no art. 42, no incisos IX da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios prevista pela Lei nº 9.837/05, devendo o autuado ser cientificado desta decisão, homologado o valor pago.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de Setembro de 2017

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - RELATORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO JULGADOR